

E agora, **PT?**

Francisco de
Oliveira

A novidade do PT

Tem sido motivo de mote e glosa a chamada "novidade" que o PT representa na política brasileira. Desde seus adeptos até seus adversários, estes muitas vezes maliciosamente incentivando o isolamento do PT de outras forças políticas, a primeira coisa que se diz do PT é essa "novidade". Esta consiste, genericamente, em que o PT foi formado a partir de um setor de trabalhadores operários, sob o forte impulso de lideranças eminentes que se forjaram na luta contra todos os aspectos antitrabalhistas do regime autoritário que formalmente faleceu com a eleição de Tancredo Neves pelo Colégio Eleitoral; tratar-se-ia, portanto, do primeiro partido na história brasileira feito por e para trabalhadores. Para os adeptos mais ortodoxos do PT essa genérica "novidade" vai mais além: ele é um partido de uma classe, para uma classe e por uma classe, parodiando Lincoln. E cuja missão e objetivo é de colocar a classe trabalhadora brasileira, e mais especificamente sua parcela operária, no poder.

Ao longo deste ensaio tratar-se-á de abordar o conjunto de afirmações/cons-

tatações genericamente expostas. Inicialmente, cabe analisar um outro aspecto da "novidade" do PT, geralmente esquecido ou despercebido, tanto pelos seus adeptos quanto pelos seus adversários, e, no extremo, também pelos seus inimigos mortais.

Há verdades, meias-verdades e equívocos na afirmação de que o PT é o primeiro partido político na história brasileira que emergiu da classe operária, não apenas do ponto de vista de sua "missão" mas no sentido mais preciso de que foram operários os seus principais fundadores. O equívoco reside em desconhecer, ou aparentar — freqüente tanto entre os sindicalistas quanto entre os militantes vindos da esquerda, e mesmo entre os intelectuais que militam no partido — a anterior história do movimento operário brasileiro e suas projeções nos partidos políticos. Na seqüela de iniciativas que não chegaram a cristalizar-se como partidos políticos, como o Bloco Operário-Camponês, mas que lhe forneceram boa parte dos quadros, o Partido Comunista do Brasil — denominação original do atual PCB, como seção brasileira da Internacional Comunista — constitui o primeiro partido de origem operária, no

**Primeiro
partido
operário?
Verdades,
meias-verdades
e equívocos**

cruzamento com alguns intelectuais e membros de uma incipiente classe média no Brasil dos anos 20. Embora a controvérsia sobre a origem e a formação do PC brasileiro ainda dê margem ao consumo de muitas laudas de papel, é inequívoco que algumas lideranças operárias estiveram desde o início na sua constituição e participaram de sua direção. Ao lado, como ocorre no PT também, de lideranças intelectuais e das classes médias.

A história posterior do Partido Comunista Brasileiro mostra também uma expressiva militância operária e de trabalhadores em geral. Parece — e aqui o terreno da controvérsia é mais minado — que foi a ascensão de Prestes ao comando do Partido Comunista Brasileiro que marcou o início da mudança na correlação de forças no seu interior, mas assim mesmo o PC brasileiro contou, durante alguns períodos, com importante participação operária, manteve fortes influências no movimento sindical, e nunca deixou de se reclamar a exclusividade da representação da classe operária brasileira — pretensão, de resto, de todo partido de base classista, e sinal de sectarismo. A degringolada do PC brasileiro não é matéria deste ensaio, mas é inegável que sua longa clandestinidade, sua submissão aos ditames de Moscou, as alianças à direita pelas quais manifestou especial preferência — talvez mesmo como mecanismo de defesa contra a repressão e o isolamento — explicam parcialmente sua decadência na cena política brasileira e especialmente no interior da classe operária. Posteriormente, sua desatualização em face da realidade brasileira, a falta de identidade entre ele e o operariado — que produziu, inclusive, um vazio na política brasileira, preenchido, *et pour cause*, pelos partidos populistas — condenaram o PC brasileiro a um estado de letargia e definhamento de difícil recuperação, questão ainda em aberto.

O PT, assim, aparece, ainda que isto cause arrepios à maioria de seus atuais militantes e dirigentes, como o continuador do PC brasileiro, em sua versão inicial. Isto é, o PT recoloca a "questão operária" (em situação econômica, política, social e cultural radicalmente diferente) colocada pelo PC brasileiro nos anos 20. Signo de modernidade nos anos 20. Qual é o signo do PT nos dias de hoje? O exame da questão de por que o conjunto do PT, quase sem exceção, re-

jeita a precedência do PC brasileiro na representação da classe operária é não apenas interessante do ponto de vista da dialética da competição entre os partidos que se reclamam de base operária e de vocação "operários no poder" — posto que o exclusivismo é não apenas sectarismo, e o é certamente, mas parte daquela dialética que não permite o reconhecimento de outros que disputam o mesmo espaço político — mas pode fornecer importantes indicações para o entendimento da formação do PT e das questões que ele é obrigado a responder. Em primeiro lugar, por que a base operária do PT rejeita a precedência, digamos, para sermos coloquiais, de seu irmão mais velho na história da representação política da classe operária brasileira? A resposta é simples, embora não banal; porque existe não apenas uma nova classe operária, conforme se argumenta, mas sobretudo porque essa nova classe operária não tem nenhuma cultura política socialista ou comunista, ou mesmo cultura política. Pelo termo não se entenda operários portando sob o sovaco os grossos volumes de Marx e Engels, questão aliás não irrelevante, e, adiante-se logo, também o conhecimento do marxismo nos quadros do PC brasileiro era mais que sofrível. Por cultura política socialista entenda-se em primeiro lugar o resultado da ruptura no interior do próprio PC brasileiro com a referida mudança na correlação interna do poder no partido entre burocratas e operários em benefício de uma "cultura da conspiração"; em segundo lugar, e isto já avançado o período pós-golpe militar, com o esfacelamento do PC brasileiro e a posterior criação por cissiparidade dos grupos — começando pelo chamado PC do B — armados ou desarmados, quase todos (com exceção do grupo original da AP) saídos do PC brasileiro, a centralidade da participação deslocou-se para membros das classes médias, com reduzidíssima ou nula participação operária: não apenas a memória do movimento operário se esvaía entre intermináveis discussões sobre as "linhas justas", como os referidos grupos colocavam questões alheias ao operariado, como escolheram — e é de espantar que ainda hoje, como no MR-8, prefira-se a clandestinidade — a via clandestina numa emergente sociedade de massas, o que tornava impossível a participação de quem, mais que qualquer outra classe social, vive do cotidiano que se expõe e se

**Letárgico
(e renegado)
irmão
mais velho**

**Falta de cultura
política, o
grande dilema**

**Walesa (no
clichê da mídia)
como principal
modelo**

refaz cotidianamente. Nisto, a mistificação legendaria do partido de Lenin produziu conseqüências graves cujos deslocamentos persistem até hoje. Além desse deslocamento e da escolha — para o que a repressão não apenas forneceu o pretexto, mas atuou concretamente — da via clandestina, o equívoco técnico-político da opção pelas guerrilhas afastou definitivamente qualquer possibilidade de participação operária.

Em terceiro lugar, o regime autoritário cortou todas as ligações entre sindicatos e partidos, mesmo os não-operários, além de cortar as relações com outras experiências socialistas, como a de Cuba, e estimulou e produziu uma *mass media*, de que a Globo é realmente o padrão exemplar, cuja meta principal é a produção de não-identidade de qualquer grupo ou classe social. Isto é, o socialismo saiu do horizonte de qualquer discussão, de qualquer comunicação, o que produziu, entre outros péssimos resultados, uma nova classe operária sem cultura socialista ou comunista e mesmo sem cultura política. Luís Ignácio da Silva em seus dias iniciais, ainda no sindicato de São Bernardo, tinha no Lech Walesa caricaturado pela mídia internacional seu modelo principal: ao operário não interessa política, ao operário interessa salário. O que era, pelo menos, uma completa ignorância da estratégia de longo prazo e das propostas concretas imediatas do Solidariedade polônês.

**Raios e trovões
preservando
tabus**

Os intelectuais que militam no PT e os militantes com anterior experiência política e cultura socialista, a maior parte dos quais saiu dos antigos grupos que fizeram as guerrilhas urbana e rural, rejeitam também a história política anterior do operariado brasileiro por uma razão muito dramática, cujo enunciado é duro e certamente fará desabar tempestades, raios e trovões sobre quem se atreva a dizê-lo: salvo contadas exceções, intelectuais e "intelectuais orgânicos" do PT rejeitam a história anterior simplesmente porque acham que o próprio PCB nunca foi suficientemente obreirista, sectário, stalinista e revolucionário para merecer os lauréis de partido da classe operária brasileira. O que espanta nisto, que nunca é afirmado peremptoriamente, mas é inteligível nas entrelinhas, é o desconhecimento da história do PCB, pois este foi, em muitos períodos de seus sessenta e quatro anos, obreirista, sectário — basta lembrar as resoluções do famoso Con-

gresso da Mantiqueira — pretensamente revolucionário — de que a insurreição de 1935 é a confirmação, desprezada a versão oficialista burguesa-militar da "intenção" — posto que foi uma revolução de "quartéis", resultado em parte da própria ascensão de Prestes, e do seu prestígio no Exército, da estratégia da Komintern, e de uma avaliação equivocada que tanto buscava repetir a experiência da Coluna Prestes, quanto confundia resistência ao fascismo com revolução proletária (esta, afinal, confinada aos quartéis, marca aliás do espírito "putschista" de que o PC brasileiro nunca se livrou); o stalinismo do PC brasileiro não pode sequer ser exagerado: sua concepção política oscilante, seu oportunismo, virando-se ora para um revolucionarismo sem base social, ora para alianças à direita que terminaram por destruir a relação de identidade entre o partido e a classe que dizia representar; seus métodos políticos internos e externos (basta lembrar os sucessivos expurgos, que atingiram figuras como Cristiano Cordeiro, hoje ressuscitado como um dos fundadores do partido, e outras mais) e os anátemas sobre outras formações políticas classificadas ao estilo da Komintern como "social-fascistas", que chegaram até à perseguição, revestindo-se mesmo de episódios de terror, sobre os trostkistas. Para não haver dúvidas sobre o stalinismo do PC brasileiro pelo menos até muito recentemente.

Essa oscilação, produto de sua submissão à Komintern e posteriormente à Kominform, é que explica que, na redemocratização de 1945, Prestes tenha subido aos palanques ao lado de Vargas, com o abandono de um projeto *revolucionário* num período em que objetiva e subjetivamente as condições para tanto eram muito mais palpáveis que em 1935; era a escolha de uma tática obediente aos ditames da política pré-guerra fria cujo eixo central residia nos acordos de Yalta, isto é, a repartição das esferas de influência entre a URSS, os EUA e o velho leão ferido de morte, a Inglaterra. Do que resultou a candidatura de Yedo Fiúza à presidência da República, enquanto Prestes, a figura central do Partido, era eleito senador e deputado simultaneamente em mais de uma unidade da Federação, o que mostrava o grau de ascensão do Partido nas massas brasileiras; mesmo o percentual de votos alcançado por uma figura inexpressiva como Fiúza, cerca de 10% dos votos válidos, era, ainda que

pálida, uma indicação da penetração do PC brasileiro nas massas. Em certo sentido, pois — e é esta a razão básica dessa recapitulação — a crítica de intelectuais e "intelectuais orgânicos" do PT ao seu irmão mais velho é não apenas equivocada, mas apresenta possibilidades de repetir, em mais de um caso, os mesmos erros táticos e estratégicos que marcaram a vida do PC brasileiro.

O terceiro grande setor que forma o PT, saído de bases cristãs (ou, pelo menos, organizadas anteriormente no interior de movimentos criados e/ou protegidos pela Igreja Católica), é aquele que se origina nos chamados "movimentos sociais". Estes são, quase por definição, produto da falta de identidade política da classe operária; em primeiro lugar, essa falta de identidade se traduz em carências que denunciam a insuficiência do salário real; de outro, da falta de representação política, portanto de um partido político da classe operária, ausente da política brasileira desde o degringolamento do PC brasileiro; em terceiro lugar, os movimentos sociais, ainda que fundados nas premissas anteriores, são também, de algum modo, uma estratégia do Estado para manter a segmentação dos dominados: tratá-los discriminadamente, atendê-los setorialmente, manter separadas reivindicações operárias e reivindicações difusamente "populares" representa o jogo de uma dialética perversa onde o objetivo das classes dominantes, traduzidas no Estado do Mal-Estar e concretizadas pelas ações dos governos locais, estaduais e federal, é nunca permitir a fusão das reivindicações operárias e das difusamente populares. Afinal, se alguma definição do populismo é suficientemente abrangente, esta é a de atender reivindicações que nunca se transformam em direitos. Deste ponto de vista, os setores dos movimentos sociais que estão no PT carecem também, ao seu modo, de uma cultura política socialista, a qual se traduz de certo modo na ojeriza à política, no basismo, e termina por desembocar naquilo que Eunice Durham chamou a "construção da cidadania": isto é, a politização dos movimentos populares começa pela reivindicação da cidadania, da qual estão excluídos por não possuírem sequer a Carteira do Trabalho, que mais que o título de eleitor é o único reconhecido numa sociedade em que a força de trabalho não é nada, nem sequer chega a ser mercadoria. Dialeti-

camente, estes setores se reconhecem no PT porque este é "diferente", isto é, nele não estão a burguesia nem os "políticos profissionais", coisa que é mais aparente que real, posto que qualquer partido funciona como uma burocracia, lugar privilegiado dos "políticos profissionais", e sobretudo nos partidos de esquerda, cuja prática de militância se diferencia notavelmente dos outros partidos (embora se faça urgentemente necessária uma revisão do "leninismo" como uma prática política comum a quase todos os partidos do espectro político). Esta sensação difusa de que no PT os movimentos sociais *podem* falar é a outra face da persistente e ampla anticultura política do populismo, onde os movimentos sociais apenas ouvem o discurso de cima da falsa isomorfia entre "políticos" e "povo".

O PT e a crise geral da esquerda

Um segundo aspecto da "novidade" do PT reside em que se ele cria como partido de base operária, vocacionado para elevar a classe operária à condição de classe dirigente e dominante, no momento em que, percorrido um longo percurso, a fusão das três crises da esquerda é mais do que palpável. Tratar-se-á de explicitar essa fusão e seus elementos constitutivos. No momento, adiante-se que essa fusão dramática é, em grande parte, somada aos elementos precedentes já sumariados, a responsável pela dificuldade do PT em definir-se como socialista; para além de um situacionamento preciso à esquerda das demais formações políticas brasileiras, que decorre mais de sua base social que de suas propostas, o PT não consegue ir além de um vago enunciado em que se diz que o socialismo petista será definido pelas massas, o que é rigorosamente um silogismo, pois se as massas do PT carecem de uma cultura política socialista, fica pouco claro que proposta socialista poderá emergir.

O PT utiliza também outro silogismo *agora* freqüente na esquerda de alto a baixo: o de que o socialismo brasileiro não poderá ser importado de modelos vigentes alhures, o que parece uma saudável desconfiança em relação às experiências do "socialismo real", mas esconde na verdade a inexistência do socialismo como cultura, e uma malandra escusa de criticar a variegada, rica e contraditória experiência internacional. Para além da

O populismo enquanto pulverizador de reivindicações

A tríplice crise da esquerda e o impasse partidário

velha questiúncula de que o socialismo "vem de fora da classe operária", que pela sua própria experiência somente chegaria ao trade-unionismo, a questão que se coloca é a de um real isolamento: a cultura socialista é hoje parte do patrimônio político universal, e apenas o mais vesgo nacionalismo poderia pensar que qualquer classe social, desde a burguesia até o operariado, possa construir autarquicamente uma nova cultura política. Aliás, a burguesia dá mostras do seu "internacionalismo" adotando as bandeiras do neoliberalismo reaganista, de vento em popa em quase todo o mundo. E a classe operária brasileira?

O caráter internacional da crise...

A primeira crise da esquerda é de caráter internacional. Muito papel já correu para tratar essa questão, e a síntese de toda a discussão pode ser enunciada na convergência de dois movimentos simultâneos, de um lado a transformação da União Soviética em grande potência que levou à subordinação da atuação dos partidos comunistas do mundo inteiro, com as conhecidas exceções da Iugoslávia e da China, à tática e estratégia da União Soviética como grande potência; de outro lado, o notável êxito da social-democracia nos países centrais do capitalismo, mesmo nos EUA, onde, se não existe um partido social-democrata, o Estado do Bem-Estar keynesiano faz as vezes daquele. Não se trata de apelidar a social-democracia de "traição" à classe operária, adjetivação que os partidos comunistas não se cansaram de repetir apenas por lhes falecerem capacidade teórica para entender a natureza dos conflitos de classe no Estado do Bem-Estar, do que decorreu a ausência de uma prática política capaz de enfrentar o desafio social-democrata.

... e a centralidade operária

Essa crise geral projeta-se hoje em dia em termos de descrédito generalizado do "socialismo real", para o que os acontecimentos da Polônia e a rebeldia da própria classe operária polonesa ajudaram a desfazer as últimas ilusões que ainda restavam sobre a natureza dos regimes socialistas do Leste. Nem se diga que a URSS continuou a fazer o papel de impulsionadora e protetora das revoluções nacionais, posto que os exemplos da própria China e de Cuba são o contrário desse apego à convicção sobre o papel da "pátria da revolução": as revoluções chinesa e cubana se fizeram *apesar* da URSS, e no caso cubano a posterior proteção da URSS é muito mais um dado de sua política internacional de grande

potência que uma legítima impulsão do movimento revolucionário. O próprio caso do Vietnã, onde a aliança momentânea entre a URSS e a China contribuiu poderosamente para o desenlace final favorável à revolução, não pode ser explicado senão pelo fato de que o movimento revolucionário vietnamita tinha uma longa história que independeu no início da ajuda da URSS.

O êxito social-democrata colocou um problema novo para o qual a teoria marxista convencional não soube dar resposta. Além disso, sendo que esse êxito se deu sobretudo em países que, apesar de centrais, não têm a importância econômica dos EUA e do Japão, teve como consequência a incapacidade da social-democracia sobretudo européia do pós-guerra de criar uma alternativa econômica, digase, um campo de gravitação social-democrata, capaz de influenciar os movimentos revolucionários e socialistas no resto do mundo. Importa não esquecer, também, que as grandes empresas originárias dos países onde mais notável foi a *performance* da social-democracia praticam, de fato, a competição pelos mercados de todo o mundo, inclusive a vasta periferia subdesenvolvida do mundo capitalista. É muito recente a reestruturação da Internacional Socialista no sentido de apoiar conseqüentemente, pelo menos, a implantação e a sobrevivência das experiências democráticas na vasta periferia capitalista.

Mas a crise geral da esquerda não é um simples produto dos problemas anteriormente enunciados, se bem que aqueles engrossam, poderosamente, o caldo crítico. A rigor, a crise geral da esquerda tem como ponto nevralgico a questão da "centralidade" operária, posta em xeque pelas mutações nos países capitalistas, sobretudo pela ascensão das classes médias a um verdadeiro estatuto de classe social, que requer para sua completa categorização muito mais do que a impotência sociológica de defini-las como "médias" porque estão a meio caminho entre o operariado e a burguesia. Essa ascensão social e seu papel político, numa sociedade de massas, onde a *mass media* desempenha uma espécie de *ersatz* da representação — a rigor, ela trabalha *contra* as representações, ela é simplesmente apresentação, teatro, e produz uma cultura de massas de des-identificação social —, constitui um campo de problemas que deslocou os discursos e os pro-

jetos políticos da *comunitas*, isto é, projetos e discursos que partem de uma classe e projetam o projeto político de uma classe sobre as outras. Em grande parte, trata-se de uma "ilusão", quiçá "necessária" no capitalismo e para o capitalismo, posto que o projeto político da *comunitas* das burguesias continua a ser hegemônico em larga medida. Mas, no campo do simbólico — e a política é, além de seu travejamento com o real, também simbólica — *o que parece não é o que é*, de forma tal que os projetos da *comunitas* têm que parecer serem projetos da *sociedade*. Este é o real campo teórico que desafia qualquer projeto socialista. E para chegar até nós, o recente desempenho e sobretudo o discurso do PT na campanha para a prefeitura de São Paulo mostraram essa necessidade de transitar de um discurso obreirista para um discurso societário global. Repete-se hoje, às vésperas da escolha do candidato do PT ao governo de São Paulo, o mesmo problema: não se fala em candidato operário, tal como era avassaladora a candidatura de Lula em 1982, mas o debate está centrado em torno de personalidades do partido que são típicas expressões das classes médias.

Contribui também para a crise geral da esquerda a ultrapassagem de pontos programáticos que eram revolucionários setenta anos atrás. Os dez pontos de Lenin considerados como ante-sala do socialismo (e tarefa principal do poder soviético no programa de 1905) foram ultrapassados pelo capitalismo; é claro que funcionaram como reforço do capitalismo e constituem mesmo a medula do capitalismo oligopolista: pontos tais como a nacionalização dos recursos naturais, a estatização dos grandes meios de produção localizados na infra-estrutura de energia, transportes, produção de insumos básicos, nacionalização e estatização do sistema bancário são realidades cumpridas em graus diversos, em alguns dos grandes países capitalistas. O estatismo como meio de chegar-se ao socialismo ficou a meio caminho, mas é certo que durante muito tempo — e no Brasil essa idolatria do Estado foi na verdade a vigamestra das proposições do PC brasileiro e de toda a esquerda — a estatização era uma espécie de programa anticapitalista: o fato de essa estatização ter ocorrido, em graus variados, retirou do projeto socialista um dos seus pilares táticos, restando a socialização completa dos meios

de produção como uma espécie de objetivo estratégico que não dispõe de passos táticos para cumprir-se. Ser estatizante não é mais suficiente para ninguém definir-se como socialista, nem muito menos para um projeto político amplo.

A terceira crise da esquerda é de caráter ou localização nacional. Nela se fundem todos os elementos anteriormente discutidos: degradingolagem do movimento comunista internacional, êxito da social-democracia, produção de novas classes sociais, ascensão das classes médias e deslocamento da "centralidade" operária, estatização como tática para chegar-se ao objetivo estratégico da socialização. E como resultado desses processos, sobretudo como resultado dos vinte anos de autoritarismo e de uma expansão econômica inusitada, a vitória ideológica do capitalismo, com a consequência da assunção ao primeiro plano de uma hegemonia burguesa nunca vista na história moderna brasileira. É preciso insistir neste ponto: para dizer de forma simples e direta, o capitalismo sempre foi aceito no Brasil a contragosto, ou para ser mais preciso, foi imposto sobre todas as resistências populares, da intelectualidade, de setores — espantoso, mas verdadeiro — da própria burguesia quando esta se via enfrentada pelos problemas de competição imperialista. Era-se capitalista no Brasil quase envergonhadamente, pedindo-se desculpas, escudando-se e escondendo-se por trás das afirmações da independência e do interesse nacional. Hoje, a situação é radicalmente diferente: assume-se com gosto — e com lucros — ser capitalista. Houve até recentemente uma campanha publicitária de qualquer coisa, cuja mensagem central era: "o bom do capitalismo é ser capitalista". E nenhum presidente da República chegou até os limites de Sarney — nem Kubitschek, o mais consistente deles a esse respeito — ao colocar como eixo diretor do desenvolvimento nacional e da construção da sociedade democrática, a iniciativa privada, seu êxito e desenvolvimento. Em recente congresso dos advogados pró-Constituinte promovido pela OAB em Brasília, as duas únicas proposições discutidas no capítulo "Ordem Econômica e Social", apresentadas por Fábio Konder Comparato e Eros Roberto Grau, se limitaram, a primeira a propor um sistema nacional de planejamento institucionalizado a salvo das oscilações ministeriais, e a segunda a propor um verdadeiro de-

O socialismo sem ante-sala

Capitalismo assumido, a verdadeira vitória da ditadura

cálogo da iniciativa privada, cuja ousadia máxima era a repetição de um artigo da Constituição de 1946, "a propriedade tem finalidade social". Menos que uma crítica aos dois propositores, o que se quer ressaltar é que mesmo num congresso marcado pela diferença em relação ao projeto governamental de uma Constituinte congressual, a vitória ideológica do capitalismo era mais que visível, era não apenas presente, mas balizava e constancia qualquer proposta mais avançada. Este é hoje um pressuposto ideológico, o de uma estrutura de interesses que se subjetivou, cujo reconhecimento é imprescindível para formular-se uma alternativa societária oposta.

Esse aceitar que ser capitalista é que "é bom" é a verdadeira vitória do regime imposto pelas armas em 1964. Zerou-se do debate político qualquer proposição minimamente anticapitalista, e a discussão sobre o socialismo desapareceu quase do horizonte: se ainda entre alguns grupos de intelectuais esta é uma discussão pertinente, em quase todos os outros grupos sociais ela inexistente. E em todas as críticas, cotidianas aliás em quase todos os meios de comunicação, a palavra de ordem é "aperfeiçoar o capitalismo". Aqui a questão não é a da possibilidade concreta de uma alternativa socialista, que só pode ser posta pelos grupos e classes sociais interessados nela: a questão é que se desenvolve uma dialética sem negatividade, e a própria avaliação do capitalismo rigorosamente não pode ser feita, pois lhe falta uma referência antagônica. O próprio debate sobre mudanças sociais fica prejudicado: veja-se que há uma mudança mais que semântica, pois transitou-se de "revolução" para "transformações" e destas para "mudanças" e estas passam a ser medidas pelo volume de recursos destinados no Orçamento da União aos gastos sociais. Desse ponto de vista, como forjar uma cultura política socialista num meio em que a mera palavra é quase completamente ausente?

O populismo em fase de reconstrução

Esse "ambiente" francamente favorável ao capitalismo tem graves consequências do ponto de vista mediato e imediato. A primeira é que há uma indiscutível hegemonia ideológica da burguesia, desta vez adotando uma posição chamada "neoliberal" que remonta a John Locke: trata-se de um sistema político de proprietários. A segunda é que os antigos conflitos campo-cidade, agricultura-indústria,

burguesia nacional-burguesia internacional se dissolveram do ponto de vista burguês, o que retira da pauta da agenda política questões que, com a intervenção popular, geralmente tendiam a tomar um cariz "progressista". A terceira é que a pauta "progressista" ou é proposta desta vez exclusivamente pelos dominados ou não será proposta por ninguém. Importa reconhecer, apesar da convicção alicerçada em frase famosa de Marx de que "a libertação dos trabalhadores é tarefa exclusiva dos próprios trabalhadores", que a inexistência dos antigos conflitos interburgueses ou entre latifundiários e burguesia coloca a necessidade de elaboração de pautas autônomas pelos dominados, o que não é uma decorrência mecânica de serem dominados e pobres: se assim fosse, a Índia já seria socialista há muito. Importa reconhecer também que assalariados, trabalhadores em geral, o operariado e o que resta do campesinato são classes sociais *em relação às outras classes*: nunca "em si". Isto é, *é na política que elas se tornam classes sociais*: sua inserção na produção é apenas a primeira determinação da natureza de classe, ou como é comum dizer-se, necessária mas insuficiente. E este "acabamento na política" só se dá quando elas são capazes de estar presentes na conjuntura, obrigarem as outras classes sociais a "lerem a conjuntura" levando em conta suas existências, e por meio dos movimentos conjunturais elaborarem propostas alternativas que obriguem seus interlocutores, antagônicos ou não, a contra-atacarem de modo qualitativamente superior.

Do ponto de vista imediato, a vitória do capitalismo tomou a forma de um exclusivismo institucionalista, isto é, o espaço das instituições de representação democrática foi oligarquizado e legitimado como *única* forma de representação, negando-se tanto a crise da representação, aliás presente em todas as democracias, mesmo as mais velhas e consolidadas (veja-se o esforço de constituição dos partidos "verdes", das oposições antinucleares, e mesmo do movimento feminista em escala ampla, e além disso, o esforço de constituição de representações extraparlamentares de todas as minorias), quanto à necessidade da instituição de novos *fora*, para além da democracia burguesa formal. Do que decorrem: a monopolização das formas de representação vigentes pela burguesia (e a articulação das forças burguesas para financiar e impor seus can-

didatos à Constituinte está a comprovar essa virtualidade) e, de outro lado, a condenação dos que não se sentem representados ou não podem financiar campanhas caríssimas, a nadarem para morrer na praia. Situação típica dos movimentos sociais em geral, os quais para escaparem a essa restrição têm necessariamente que entrar em relação com o Estado *por cima, ao lado e apesar* das representações parlamentares de todos os níveis e tipos. O que conduz com alto grau de probabilidade a uma reconstrução do populismo, de que a eleição da etílica vassoura para a prefeitura de São Paulo é apenas o primeiro exemplo.

Eppur, se muove

Eno entanto existe o PT. Inequivocamente de base operária, ampliando-se em direção aos movimentos sociais, possuidor de uma base sindical vigorosa — ausente em outras formações políticas de esquerda do passado, como o antigo PSB e as diversas facções trotskistas — base esta que muitas vezes dá lugar, segundo alguns, à inversão da "correia de transmissão", incorporando intelectuais, tradição e prática aliás de todos os partidos operários, saindo dificultosamente de uma nebulosa ideológica para definir-se como socialista, criado no momento mesmo em que a anticultura da sociedade de massas "Globo e global" alcança os mais altos índices de *performance*, sintetizada na população televisível "vidrada" na novela *Roque Santeiro*. Em meio a uma crise que tanto marca o fim do regime autoritário quanto a assunção ideológica das burguesias. Qual é o sentido do PT hoje, sua função na representação e identidade das amplas massas trabalhadoras, sua perspectiva estrutural na sociedade brasileira e os problemas que enfrenta? A primeira e mais importante função do PT no cenário brasileiro é, ao mesmo tempo, a mais espinhosa, desafiadora e problemática. Trata-se de forjar uma nova identidade da classe trabalhadora, função primordialmente exercida pelo PC brasileiro, cujo vácuo foi preenchido pelo populismo e que, mais recentemente, é *negada* pela anticultura política da sociedade de massas. Essa anticultura faz eco em teorizações apressadas, banais de resto, que nega validade e eficácia aos partidos de base classista. Uma *mélange* de observações factuais, indisposição ideológica e antiideológica, diz, envergo-

nhadamente nuns casos, e explicitamente noutros, que não existem mais classes na sociedade capitalista de massas. Ou que estas não se representam na política a partir das clivagens classistas. Mais além, nega-se a clássica divisão entre Estado e sociedade civil, pela interpenetração existente hoje, no capitalismo oligopolista, entre sociedade e Estado, que borraram as fronteiras assinaladas. Trata-se na verdade de uma confusão teórica baseada no empirismo. Se é verdade que o Estado moderno no capitalismo desempenha funções e abrange espaços impensáveis na história anterior do capitalismo, permanece irreduzível a *exterioridade que o Estado é* da sociedade civil; exterioridade teoricamente necessária, pois se as formas da competição mudaram, a competição ela mesma não cessou. Esta é a primeira e mais fundamental razão para pensar-se que, se há exigências de um novo traçado dos perfis e das relações Estado-sociedade civil, isto não quer dizer, absolutamente, que tudo é tudo. O que fornece argumentos para pensar-se tanto a existência das classes sociais quanto sua tradução, que nunca é mecânica, na política; mesmo porque a política sempre foi e continuará sendo o lugar onde a estrutura de classes se metamorfoseia em estrutura política, as quais não são imediatamente redutíveis, mas necessitam de um conjunto de mediações *que é a própria política*.

Uma classe social nunca é uma classe em si, para retomar os termos de Marx. Sua existência é determinada, em primeira instância, pelo seu lugar, função e propriedade no processo de produção. A partir daí, sua existência como classe "para si" e "para os outros" vai se dar ou não se dar pela sua relação com as outras classes; disto se deriva um processo de reconhecimento entre as classes, cujo mecanismo básico continua sendo a violência dos processos sociais, que se metamorfoseia na história. Este reconhecimento não é, para dizer o menos, um processo gentil: é só quando se projetam mutuamente como adversários, e no limite, como inimigos, que o reconhecimento começa. É só quando, não apenas pela sua inserção no processo produtivo enquanto processo estrutural, mas pela sua ação na conjuntura, que obriga as outras classes a "lerem" a conjuntura reconhecendo que há outros sujeitos capazes de imprimir seu selo, sua marca, nos processos de curto prazo, que a alte-

Nebulosas ideológicas e confusões teóricas "suprimindo" as classes

Vértebra operária, base classista: a retomada da modernidade

ridade se completa, que o reconhecimento se perfaz. Por isso, a política é o lugar ou a esfera onde se completa a formação das classes sociais. E geralmente a formação de partidos de base classista tem sido, na história política do Ocidente capitalista, o passo decisivo para a completa formação das classes sociais.

O PT parece preencher, pois, os requisitos básicos para reclamar-se legitimamente como um partido da classe trabalhadora, ancorado especificamente numa fração da classe operária brasileira. Sua atuação *na conjuntura* — e não apenas como um conjunto de trabalhadores definidos estruturalmente — já é parte do processo de reconhecimento pelas outras classes da própria classe trabalhadora, e especificamente de sua vértebra operária. Cujos efeitos vão muito além do que o próprio partido é: dinamizam outras frações da classe trabalhadora que não estão no PT, dinamizam outras formações políticas que, mesmo policlassistas, buscam definir-se menos como uma pretensão ideológica e mais como uma necessidade de obrigarem outras forças a "lerem" na conjuntura sua presença; não é de outro teor o atual processo que se passa no PMDB, buscando diferenciar-se do PFL, no mínimo.

Portanto, sua base classista não é um sinal de arcaísmo, como pretendem alguns pós-modernistas, cujo objetivo na verdade é o de esconder a dominação de classe que perpassa a constituição de alguns partidos políticos no Brasil. Antes é um sinal da retomada da modernidade de uma questão posta pela primeira vez pelo antigo Partido Comunista. O possível descompasso entre essa "modernidade" e a "pós-modernidade" de países capitalistas centrais, onde a base classista não é inteiramente determinante — mas nunca excluída dessa determinação — da constituição dos partidos políticos, sobretudo dos partidos de esquerda, é simultaneamente tanto a expressão do lugar da economia brasileira na economia capitalista contemporânea, de que a dependência continua a ser importante, quanto a expressão da *globalidade arcaica e anacrônica* das relações sociais na sociedade brasileira, onde a questão operária foi duramente reprimida. A tarefa, pois, de recuperar ou de construir uma nova identidade para a ampla classe trabalhadora brasileira não é nenhum signo de arcaísmo, senão, pelo contrário, uma das necessidades fundamentais para a constituição

de um campo democrático. Sem dúvida, a "pós-modernidade" da sociedade de massas no Brasil é um imenso desafio e um enorme obstáculo, que somente pode ser superado por uma tática e uma estratégia dos partidos que se reclamam de base classista se eles forem capazes de opor à anticultura da sociedade de massas a construção de uma vertente muito poderosa de uma nova cultura política abrangente, sem dúvida, mas que requer como um de seus componentes precisamente a recuperação e/ou construção de uma nova identidade para a ampla classe trabalhadora.

As mutações nas relações de classe no capitalismo contemporâneo, de que o Brasil apresenta a *facies* econômica mas não a sócio-política, impõem para um projeto político de transformação da dominação burguesa uma atenta compreensão daquelas mutações, do que decorre uma mudança na tática e estratégia dos partidos da transformação, entre os quais o PT aparece como uma estrela — o símbolo do partido — de uma constelação. A primeira mudança se refere à distinção entre a base classista do partido e seu programa *para além* de sua base: esta sempre foi uma contradição teórica e prática na formulação e experiência socialistas. Partindo de bases classistas, da *comunitas*, a proposta socialista é de *societas*, isto é, para a sociedade como um todo. A solução marxista original, que se concretizou no partido do tipo leninista, é que a classe operária é a única interessada em romper os grilhões da dominação e, portanto, a única capaz de formular um projeto societário global. Há que se reconhecer que esta contradição teórica foi rompida no capitalismo contemporâneo, mas sua transformação em práxis freqüentemente se distorce, de um lado, num arremedo da "ditadura do proletariado" ou nos partidos-ônibus da impotência global.

Uma proposta socialista contemporânea tem que reconhecer, de um lado, suas bases classistas, o que é imprescindível para a própria democratização, e para sua eficácia na re-presentation, e de outro tem que, desde o início, formular uma proposta societária global que não é um mero ajuntamento nem a subordinação de outras classes ao operariado; em outras palavras, escapar tanto da "ditadura do proletariado" quanto do partido-ônibus impotente. Esta é uma exigência das mutações na própria divisão social do traba-

O obstáculo pós-moderno

lho, dos avanços dialéticos do próprio capitalismo — onde, pela primeira vez, a desnecessidade da força de trabalho como mercadoria é vislumbrada não apenas utópica mas concretamente —, da emergência das fortes classes médias, do novo papel do Estado no capitalismo oligopolista e, em sociedades como o Brasil, do fato de que um longo período de desidentificação operária deu lugar a novos *quase-sujeitos* políticos — como os movimentos sociais — cuja presença reforça, multiplica para além de sua própria base numérica, a possibilidade de hegemonia dos dominados. Aliás, todas as revoluções de cunho socialista contemporâneas, a começar por Cuba e mais visivelmente hoje na Nicarágua, mostram que nenhuma "ditadura do proletariado" pode mais resolver essa questão, se é que historicamente, na experiência soviética, ela foi resolvida.

Em segundo lugar, há que reconhecer como procedimento estratégico e não apenas tático a necessidade da democracia. Não apenas como "espaço" de expansão, como liberação temporária do sufoco de regimes repressivos, para preparar-se "o assalto ao poder". Sobretudo como cultura política é que a democracia se faz necessária para o movimento operário e o movimento socialista. E não menos importante, como *via para a intervenção das classes dominadas no Estado*. Pois do que se trata fundamentalmente é dessa intervenção; todas as tentativas anteriores, que faziam da destruição seu *leitmotiv*, deram no que deram: a construção de outro Estado, que pode vir a ser mais repressivo que o propriamente burguês. O Estado permanecerá numa sociedade socialista apenas — e isto é muito — porque ele é, como já se frisou anteriormente, a exterioridade da sociedade civil; que não deixa de existir numa sociedade socialista. E a imediata redutibilidade do Estado à sociedade civil não apenas é um equívoco teórico, mas de conseqüências práticas funestas, pois conduz ao imobilismo; o contrário, isto é, a redução da sociedade civil ao Estado, conduz às experiências do Leste.

A velha discussão entre "revolução" e "reforma", tão quente nas décadas iniciais do nosso século, mostrou-se rebarbativa e pouco consistente, tanto teórica como praticamente. O caminho "reformista" da experiência social-democrata sueca, por exemplo, mostrou ser capaz de ir mais longe que o caminho "revolu-

cionário" das experiências do Leste, tanto no que se refere às condições concretas do cotidiano operário, quanto no que concerne às possibilidades de que o operariado e as outras classes dominadas venham a constituir o novo poder. O que parece vislumbrar-se na experiência sueca é que o Estado — segundo a velha fórmula rousseauiana — é agora mais *a vontade geral* das classes dominadas que da burguesia. Além de que uma revolução é sempre uma transformação qualitativa da conjuntura *incapaz de ser organizada*: elas não deixarão de existir, principalmente se a via democrática for constantemente burlada pela burguesia, mas *a organização da revolução*, como a pensou Lenin, abre todas as comportas para o partido único, para a burocratização da revolução, para a redução da sociedade ao Estado e para regimes autoritários onde dificilmente se pode dizer que o operariado e as outras classes dominadas estão no poder. Há que se escapar desse velho clichê e empreender firme e seguramente o caminho das reformas; uma conjuntura qualitativamente diferente como a da revolução pode acontecer, e em muitos casos acontecerá, mas sua resolução não se dá pela organização partidária. E a combinação de várias bases classistas, e mesmo das não completamente classistas, requer o abandono da veleidade de exclusivismo da representação, do partido único, posto que tanto as reformas quanto a revolução não são obra de nenhuma formação partidária exclusivamente, mas um processo complexo onde a contribuição de todas as classes e de suas representações interessadas nas transformações radicais leva a um processo democrático.

Uma conseqüência de todas as mutações assinaladas, e principalmente a de que a proposta socialista deve saltar os muros da *comunitas* para valer como alternativa à anticultura de massa, é que tanto a via democrática, quanto a organização aberta dos partidos de base classista que lutam pelas transformações radicais, são o melhor método para chegar-se até lá. Numa sociedade de massas onde se pretende lutar contra a anticultura de massa, escolher a via da clandestinidade é condenar-se, como formação partidária, à condição de gueto, de um lado, e fazer abater-se sobre as classes que se quer representar toda a fúria do aparato repressor burguês-militar. Não se trata apenas de uma equação técnica, equação

A necessidade da democracia como estratégia

**Proposta
socialista
versus
anticultura
de massa**

**Via clandestina
ou discurso
"padrão Globo
de qualidade":
dois equívocos**

esta cujo fatalismo de superioridade da burguesia parece afirmar-se, mas é constantemente negada pelos exemplos mais recentes — Cuba, Vietnã, Nicarágua, e mesmo a queda de regimes como o de Baby Doc, no Haiti, e o de Marcos, nas Filipinas —, que não deram lugar ainda a nenhuma transformação radical; este raciocínio técnico esquece que as revoluções são acontecimentos conjunturais singularmente qualitativos; *a questão mais importante da via democrática, aberta e não clandestina, situa-se na formação de uma cultura política socialista e democrática*, e suas consequências para os regimes posteriores não podem sequer ser exageradas. Não se faz uma cultura política socialista e democrática na clandestinidade, nem a partir do Estado quando este é finalmente conquistado; não se pode pedir à classe social que mais depende do cotidiano que negue esse cotidiano cotidianamente: a via clandestina, quando não é o resultado de um longo processo de fusão de todas as forças populares, que então forjam seu braço armado, com o que na verdade não são nada clandestinas — casos, mais uma vez, do Vietnã, da China nos anos 20, de Cuba e Nicarágua, mais recentemente, e Argélia nos anos 50 —, leva inexoravelmente ao modelo soviético-leninista, que hoje é não apenas teoricamente impensável, mas social e politicamente indesejável. É preciso não se transformar uma necessidade histórica particular, concreta e circunscrita, em uma lei geral do surgimento do socialismo: mesmo todas as circunstâncias concretas da história e da conjuntura russas do começo do século não são suficientes para tornar necessário um regime despótico.

Os pontos anteriormente discutidos podem ser tidos, em geral, como fazendo parte da estratégia de longo alcance para lograr-se transformações radicais, em que o PT está chamado a contribuir decisivamente. A tática é o movimento pelo qual se confirma a estratégia, vistas abstratamente; essa visão abstrata das relações entre tática e estratégia, que nas ciências sociais recebe os nomes de conjuntura e estrutura, desconhece as relações intimamente dialéticas entre os dois movimentos, o de curto prazo e o de longo prazo. A história do movimento socialista em geral, e particularmente no Brasil a própria história do PC brasileiro,

mostra que a dissociação daquela relação dialética transforma, muitas vezes, a tática numa antiestratégia, ou congela a tática nos objetivos remotos da estratégia, como é comum acontecer nas frações políticas inspiradas no trotskismo. O PT não pode desconhecer essas relações, como muitas vezes fez no passado, até recente: nos primeiros momentos, negando, por exemplo, validade ao caminho eleitoral para refugiar-se num fraseado pretensamente revolucionário, para o que não dispunha de nenhuma concepção, nem mesmo de armadura para tanto. Num segundo momento, privilegiando exclusivamente a via eleitoral e abandonando *quase* questões tais como filiação partidária, existência dos diretórios, deixando cair a peteca da organização dos núcleos; mais recentemente, o êxito *mass media* da campanha pela prefeitura de São Paulo demonstrou obediência aos cânones da publicidade "padrão Globo de qualidade" até limites que tornavam irreconhecível a própria proposta do PT; em lugar de utilizar o espaço público da mídia concedido legalmente para veicular uma proposta política socialista (e parte da dificuldade reside em que o PT não sabe definir de que socialismo se trata), foi à televisão com um programa bonito, ágil, *mas destituído de qualquer significado de política cultural no sentido mais amplo*.

A realização simultânea dos movimentos de tática e estratégia não reside numa definição abstrata da estratégia, o que sempre é possível recorrendo-se aos clássicos do socialismo ou aos manuais alfarrábicos, nem numa utilização oportunista da tática, o que, além de ser possível, é quase uma compulsão, visto que os meios publicitários e institucionais para a exposição e realização da tática são definidos fora do partido. A intimidade da relação tática-estratégia reside antes na proposição de ações que estejam ao alcance da organização das classes que ele quer e diz representar. Ao alcance dos meios de que dispõem essas classes. Por exemplo, recorrer aos alfarrábios basta para dizer-se possuidor de uma estratégia: do tipo de socialização imediata dos meios de produção, clássica proposta do socialismo. Numa situação em que as massas daquelas classes não dispõem de uma cultura socialista, uma estratégia desse tipo não apenas dissocia imediatamente lideranças e bases, o que reintroduz o velho vício das "vanguardas", como não

diz de que forma a estratégia se dará mediante passos táticos que tenham que ver com os interesses imediatos e concretos das classes dominadas. Há alguns anos, pediu-se a uma comissão de economistas do partido que elaborasse as bases para discussão de uma política econômica para o PT. Dela saíram recomendações tais como a escala móvel de salários, seguro-desemprego, vale-transporte e estatização do transporte urbano, além de outras. Imediatamente, "as esquerdas" do PT tocaram os tambores da denúncia da proposta "social-democrata" que se continha no documento preparado para discussão pelo partido, denúncia à qual se uniram importantes lideranças sindicais, entre as quais a do próprio Lula. Não passou muito tempo, e o movimento sindical começou a fazer *suas* aquelas propostas, contidas hoje nas reivindicações de quase todos os sindicatos, mesmo dos que não estão na CUT. A "denúncia" não era outra coisa senão a dissociação da relação tática-estratégia, pelo uso de um discurso abstrato, cujos objetivos estratégicos não estavam ao alcance da grande massa trabalhadora, nem faziam parte de suas reivindicações imediatas. Além disso, a dissociação tática-estratégia privilegia um partido de quadros e não de massas, reintroduz a clivagem "vanguarda-bases" e não capacita o conjunto do partido para a discussão e a ação em torno de objetivos concretos, contribuindo para não construir uma nova cultura política que se faz a partir das próprias reivindicações, e da vitória dessas reivindicações empalmadas e defendidas pelo partido.

De outro lado, a dissociação também pode se dar privilegiando a tática, que muitas vezes é imposta institucionalmente, e pelo jogo da própria competição interpartidária. Na recente campanha pela prefeitura de São Paulo, esse privilegiamento da tática ficou muito claro: não se tratava, no caso, de propor questões "socialistas puras", mas de deixar claro que a campanha se inscreve num longo percurso de que o socialismo era o objetivo, que somente pode ser alcançado mediante movimentos táticos que *incluam* ganhar a eleição municipal. Em primeiro lugar, para tanto, cumpria atacar a própria ilusão televisiva, utilizando-a para desmascará-la, inclusive pelo próprio fato de que o pouco tempo destinado ao PT era uma forma de obrigá-lo a veicular apenas mensagens "azuis"; isto

não se faz de forma apenas jocosa: é cair na armadilha mac-luhaniana de que o "meio é a mensagem", esquecendo o oposto, de que a "mensagem é o meio". As propostas concretas do PT na campanha pela prefeitura foram relegadas a segundo plano, um longínquo segundo plano cuja desimportância pode ser confirmada pelo fato de que a maioria dos telespectadores, algumas horas após o programa, já não se lembrava mais de qualquer proposta: lembrava-se apenas de que o programa era agradável, bonito e bem-humorado. Isto é, havia-se inscrito na regra do telejornal, que segundo Robert Stam é visto porque é "agradável", isto é, homogeneiza, pasteuriza, mesmo quando "trata assuntos sérios". Em outras palavras, o PT entrou, a seu modo, na lógica do pós-modernismo: tudo se volatiliza, se desfaz no momento mesmo em que se dá.

É ao conjunto de questões tratadas, ainda que de modo sumário, que o PT deve responder. Nenhuma auto-apologia, servindo-se dos argumentos abundantemente utilizados da "novidade" do PT, é suficiente para transformá-lo naquilo que seus próprios adeptos e militantes proclamam. Um pouco de história bastará para reconhecer que outros movimentos, que chegaram mesmo à condição de cataclismos definidores do século XX, fracassaram, uns parcial, outros completamente, na tarefa de fazer do socialismo não apenas um "modo de produção" diferente — e, mesmo, há dúvidas de que tenham chegado a constituí-lo — mas uma *civilização diferente*. Autoconfiança é um elemento necessário para travar uma batalha e uma guerra de longo curso, uma "guerra de movimentos" nos termos de Gramsci; arrogância, sectarismo, desconhecimento das mutações fundamentais do capitalismo contemporâneo, podem ser, no entanto, elementos destruidores da autoconfiança não apenas do partido, mas das amplas massas dominadas. Para que tudo não se confine num gueto de auto-satisfação, vacinados por uma estranha vacina de imunidade às realidades, como tantas vezes aconteceu ao longo da história. Ao PT cabe provar o contrário.

Riscos da dissociação tática- estratégia

**Novos Estudos CEBRAP, São Paulo
n.º 15, pp. 32-43, jul. 86**

Francisco de Oliveira é professor do Curso de Pós-Graduação em Economia na PUC/SP.
